/diariodolitoral
/diariodolitoral
/diariodolitoral

DIÁRIO do litoral.com.br



Quinta-feira
17 DE ABRIL DE 2025

INFORMAÇÃO É TUDO

R$ 3,00
ANO 26 - Nº 9.190

Projeto na Câmara abre brecha para a supressão de árvores em Santos

» Proposta que visa garantir o exercício do direito à propriedade privada no perímetro urbano causa repercussão nas redes sociais

Conforme sugestão, entre outras mudanças está a possibilidade dos proprietários de imóveis realizarem o manejo de árvores situadas dentro dos limites de sua propriedade, compreendendo a poda preventiva ou corretiva e, quando necessário, a supressão total da árvore, sem necessidade de autorização prévia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), desde que executada com segurança e responsabilidade, preferencialmente por profissional habilitado. CIDADES/A3

Guarujá entrega nova quadra no Tejereba

O prefeito de Guarujá, Farid Madi, fez a entrega da quadra esportiva do Centro Esportivo Duque de Caxias, o Ginásio Tejereba (Praça Horácio Lafer, s/nº - Enseada), na última terça-feira (15). A quadra ficou desativada por dois anos e foi totalmente revitalizada pela Prefeitura de Guarujá, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Sel), oferecendo mais segurança e conforto aos atletas e espectadores. CIDADES/A4

Capacitação fortalece a Guarda Civil de São Vicente CIDADES/A4

Santos prevê até 378 mil turistas durante o feriadão CIDADES/A4



DIVULGAÇÃO/PMC

ONU premia Cubatão com o título de 'Tree City of the World'

Cidade recebeu ontem chancela por políticas públicas ambientais CIDADES/A4

PRODUTIVIDADE

Servidores e peritos voltam a ganhar bonus

Os servidores do INSS e os peritos médicos federais vão voltar a ganhar bônus de produtividade como incentivo para reduzir a fila de espera para a análise de benefícios previdenciários e assistenciais. Uma medida provisória foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva depois da fila do INSS ter aumentado em 2024, superando a marca de dois milhões de pessoas. BRASIL/A7

Brasil reduz 70% da área queimada no 1º trimestre BRASIL/A7

Produto chinês terá de pagar tarifa de até 245% nos EUA MUNDO/A7



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Dia do Exército **Celebração homenageia 80 anos da vitória da FEB na Segunda Guerra Mundial**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou ontem da celebração do Dia do Exército no quartel-general da força, em Brasília. A instituição completa 377 anos no próximo dia 19. O evento também celebrou os 80 anos da vitória dos militares da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, na Segunda Guerra Mundial. BRASIL/A7

Governo aponta falta de verba para saúde e educação

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou que faltará verba no Orçamento para cumprir os pisos de saúde e educação já em 2027, em mais um indício do risco de insustentabilidade do arcabouço fiscal e de apagão nas políticas públicas. As projeções do PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2026 mostram que a reinclusão integral das despesas com sentenças judiciais nas regras fiscais deixaria um espaço de apenas R$ 122,2 bilhões para gastos discricionários (não obrigatórios) em 2027. BRASIL/A7

Cauã Reymond se envolve em polêmica

ANEXO/A8

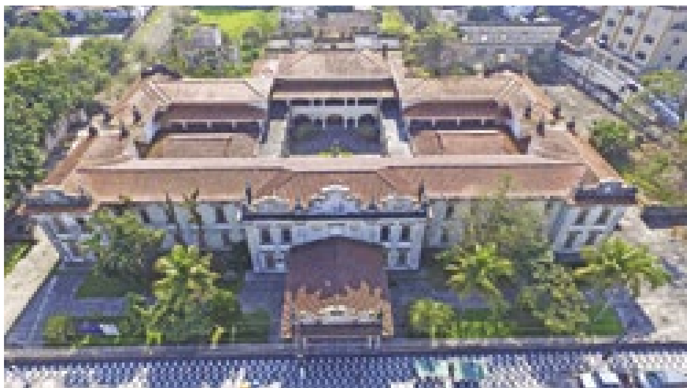
ISSN 2177-0824

(13) 3301-9777
editor@diariodolitoral.com.br
publicidade@diariodolitoral.com.br
13. 99149-7354
instagram.com/diariodolitoral
youtube.com/diariodolitoral
twitter.com/diariodolitoral
facebook.com/diariodolitoral

CONTRA PONTO

Por Carlos Ratton

Uma cortina **de fumaça**



RENAN LOUSADA/DL

As informações extraoficiais, mas que ecoam principalmente nos corredores do Palácio José Bonifácio, sede do Executivo santista, dão conta que a sugestão de transformar o complexo do Escolástica Rosa numa escola cívica-militar seria apenas uma cortina de fumaça pois o alvo do Governo do Estado, com apoio de parlamentares da região atrelados ao governador Tarcísio de Freitas, seria o Museu de Pesca.

Desde que a deputada federal Rosana Valle (PL) anunciou a ideia de tornar o Escolástica uma escola militar, uma ampla resistência foi instalada na Cidade, a começar pela Diretoria Executiva do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), por intermédio da professora Sonia Maciel, rechaça a possibilidade. Até uma audiência pública foi realizada, sem qualquer resultado prático.

A mudança de alvo – do Escolástica para o Museu – aconteceu porque o segundo equipamento é patrimônio do Estado e não precisaria gastar dinheiro, visto que o imóvel já está com suas reformas estruturais – hidráulicas e elétricas - praticamente finalizadas.

O museu, que pertence ao Instituto de Pesca, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado, teve ainda janelas e esquadrias substituídas, restauro das portas e reforma do telhado. Também passou por obras de acessibilidade e agora possui rampas de acesso e elevador.

As obras iniciaram em outubro de 2022. A expectativa é que o museu seja reaberto no segundo semestre deste ano. Num evento realizado antes do fechamento, foi assinada uma autorização para elaboração do projeto museológico e de restauro do espaço que seria por intermédio da iniciativa privada.

A proposta de revitalização do Museu de Pesca teve como objetivos a ampliação e modernização de seus espaços e da atuação junto à comunidade. Se o espaço se tornar escola de milico, um desses objetivos não será cumprido.

Vale lembrar que o Museu é espaço para difusão do conhecimento e diálogo com a sociedade, ressaltando a relação entre o ser humano e o mar, bem como resgatando a tradição das comunidades pesqueiras da região e o desenvolvimento das tecnologias aplicadas nessa atividade. Dentre as atrações, há um esqueleto de baleia com 23 metros de comprimento, lulas gigantes, Sala da Praia, Ala Lúdica, animais taxidermizados e uma grande coleção de areias de praias do Brasil e do mundo.

DIÁRIO do litoral.com.br

Informação é Tudo
Somos Impresso.
Somos Digital.
Somos Conteúdo.
Diário do Litoral - 26 anos

SERGIO SOUZA
Fundador

ALEXANDRE BUENO
Diretor-Presidente

DAYANE FREIRE
Diretora-Administrativa

ARNAUD PIERRE COURTADON
Editor-Responsável

JORNAL DIÁRIO DO LITORAL LTDA • Fundado em 12/11/1998 • Jornalista Responsável: Alexandre Bueno (MTB 46737/SP) • **Agências de Notícias:** Agência Brasil (AB), Folhapress (FP) • **Comercial e Redação:** Rua General Câmara, 141 SALA 82 - Centro - Santos. CEP: 11010-121 - Fone: 13. 3307-2601 • **Parque Gráfico:** Rua General Câmara, 254. Centro - Santos. CEP: 11010-122. **São Paulo:** Rua Tuim, 101-A - Moema, São Paulo - SP - CEP 04514-100 - Fone: 11. 3729-6600 • Matérias assinadas e opiniões emitidas em artigos são de responsabilidade de seus autores.

FALE COM DIÁRIO

Fundador - Sergio Souza
sergio@diariodolitoral.com.br
Diretor Presidente - Alexandre Bueno
alexandre@diariodolitoral.com.br
Diretora Administrativa - Dayane Freire
administracao@diariodolitoral.com.br
Editor Responsável - Arnaud Pierre
editor@diariodolitoral.com.br
Site e redes sociais
site@diariodolitoral.com.br

Fotografia
fotografia@diariodolitoral.com.br
Publicidade
publicidade@diariodolitoral.com.br - marketing@diariodolitoral.com.br
Financeiro
financeiro@diariodolitoral.com.br
Gráfica
grafica@diariodolitoral.com.br

Telefone Gráfica e Redação
13. 3307-2601
Site - www.diariodolitoral.com.br


GRUPO GAZETA DE S. PAULO

Edição digital certificada: DocuSign

Jornal Associado: ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

CHARGE



O novo rumo da cobertura dos **planos de saúde nas mãos do STF**

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou um julgamento de extrema importância para a saúde suplementar no Brasil. A controvérsia envolve a obrigatoriedade de os planos de saúde cobrirem tratamentos que não constam no rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), uma decisão que pode redefinir o acesso a tratamentos inovadores e impactar profundamente a vida de milhares de pacientes.

O debate sobre a cobertura de procedimentos fora do rol da ANS não é apenas uma questão técnica, mas envolve princípios fundamentais de direitos humanos, sustentabilidade econômica e inovação médica. O julgamento refletirá nos principais stakeholders envolvidos: pacientes, operadoras de planos de saúde e o próprio sistema de saúde público. Além disso, essa decisão pode influenciar a adoção de novas tecnologias e a pesquisa clínica no país.

Importante lembrar que a Lei nº 9.656/1998 foi a primeira a regulamentar os planos de saúde no Brasil, estabelecendo um padrão de cobertura e responsabilidade. Com a evolução do setor e o surgimento de novas tecnologias, a necessidade de revisão e atualização das normas tornou-se evidente, culminando na Lei nº 14.454/2022. Esta nova legislação redefiniu as regras do jogo ao transformar o rol da ANS em exemplificativo, permitindo a inclusão de tratamentos não listados, desde que sejam respaldados por evidências científicas e recomendados por órgãos de saúde renomados.

Um exemplo prático dessa mudança é a cobertura de terapias-alvo para câncer. Antes da Lei nº 14.454/2022, muitos pacientes precisavam recorrer à Justiça para obter acesso a esses medicamentos, mesmo com evidências claras de sua eficácia. Agora, com o rol exemplificativo, a cobertura desses tratamentos pode ser mais facilmente garantida, desde que cumpram os critérios estabelecidos.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu anteriormente que o rol da ANS era taxativo. Esta determinação significava que os planos de saúde não tinham obrigação de cobrir procedimentos não listados, exceto em casos excepcionais. O entendimento do STJ tinha como objetivo garantir previsibilidade e controlar os custos para as operadoras, mas foi alvo de críticas por parte de pacientes e especialistas em saúde que consideravam a medida restritiva e insuficiente diante das necessidades reais dos pacientes.

Essa decisão gerou uma série de litígios judiciais, nos quais pacientes buscavam, por meio de liminares, o acesso a tratamentos não cobertos. A judicialização da saúde suplementar tornou-se um problema crescente, onerando tanto o sistema judiciário quanto as operadoras de planos de saúde.

O cerne da discussão reside na Lei nº 14.454/2022, que promoveu alterações significativas na Lei dos Planos Privados de Saúde (Lei nº 9.656/1998). Essa nova legislação permite a cobertura de tratamentos que estão fora do rol da ANS, desde que haja evidências científicas robustas que comprovem a eficácia e segurança do tratamento. Essa exigência de comprovação científica é crucial para evitar a cobertura de terapias experimentais sem validação.

A Unidas, representando entidades de autogestão em saúde, questionou a validade parcial da Lei nº 14.454/2022. O principal argumento é que a flexibilização do rol poderia comprometer a sustentabilidade dos planos de saúde, levando a um aumento insustentável nas mensalidades e reduzindo a acessibilidade para os usuários.

A Unidas argumenta que a inclusão indiscriminada de novos tratamentos pode levar a um ciclo vicioso de aumento de custos, redução da base de beneficiários e, consequentemente, menor qualidade dos serviços oferecidos. Eles propõem a necessidade de um processo de avaliação mais rigoroso e transparente para a inclusão de novas tecnologias no rol, garantindo que apenas tratamentos com real valor terapêutico e custo-efetividade comprovados sejam cobertos.

As operadoras, entretanto, argumentar que o rol taxativo é essencial para a manutenção de um equilíbrio econômico, garantindo que os custos dos planos permaneçam acessíveis. Isso porque, segundo as empresas, ter um rol exclusivo fornece um guia claro tanto para as operadoras quanto para os beneficiários, reduzindo disputas judiciais e incertezas em torno da cobertura. A previsibilidade permite que as operadoras planejem seus orçamentos e invistam em infraestrutura e tecnologia, melhorando a qualidade dos serviços oferecidos. Elas defendem também que a ANS realiza avaliações detalhadas para incluir novos tratamentos no rol, baseando-se em critérios de eficácia científica, segurança e custo-benefício. Esse processo envolve a análise de estudos clínicos, pareceres de especialistas e a avaliação do impacto financeiro da inclusão do tratamento no rol.

Já na perspectiva de quem defende os pacientes resta claro que o direito à saúde é um direito fundamental. Os pacientes argumentam que devem ter acesso a tratamentos eficazes independentemente de estarem listados no rol da ANS. Negar um tratamento com potencial de cura ou melhora da qualidade de vida é visto como uma violação desse direito. Isso porque a medicina evolui rapidamente, e muitas terapias emergentes oferecem esperança para condições complexas e raras que não estão cobertas pelo rol. A aprovação de novas drogas e terapias muitas vezes leva tempo, e a restrição do rol pode impedir que pacientes tenham acesso a esses avanços.

Vale destacar que todos os pacientes devem ter igual acesso aos melhores tratamentos disponíveis, baseados em evidências científicas e adequados para suas condições médicas. A diferenciação no acesso a tratamentos com base na cobertura do plano de saúde é vista como uma forma de discriminação e injustiça.

Diversas entidades participaram do julgamento representando interesses variados, desde associações de consumidores até sindicatos da indústria farmacêutica. Essa diversidade de vozes permitiu uma discussão mais rica e profunda, contribuindo para um julgamento mais informado e equilibrado. A participação de associações de pacientes, como a Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale), trouxe à tona as dificuldades enfrentadas por pacientes que precisam de tratamentos não cobertos pelos planos de saúde. Por outro lado, a participação de entidades como a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) apresentou a perspectiva das operadoras, destacando os desafios financeiros e regulatórios do setor.

O julgamento do STF tem potencial para modificar significativamente o cenário da saúde suplementar brasileira. Se o STF decidir por um rol exemplificativo, é provável que haja uma ampliação no acesso a tratamentos, embora tal decisão venha acompanhada de desafios econômicos e administrativos. Assim, médicos terão mais liberdade para prescrever tratamentos inovadores, enquanto pesquisadores poderão ver suas inovações terapêuticas aceitas mais rapidamente. A aprovação de um rol exemplificativo pode incentivar a pesquisa clínica no Brasil, uma vez que novas terapias terão maior chance de serem incorporadas ao sistema de saúde.

E uma decisão pelo rol exemplificativo possivelmente forçará as operadoras a repensar seus modelos de negócios, considerando o aumento dos custos com novos tratamentos. Será fundamental desenvolver estratégias para mitigar esses impactos, possivelmente através de parcerias com governos e acordos com fabricantes de medicamentos. As operadoras podem considerar a implementação de programas de gestão de saúde, que visam a prevenção de doenças e a promoção de hábitos saudáveis, reduzindo a necessidade de tratamentos mais caros.

O julgamento do STF não apenas decidirá sobre o destino imediato das coberturas dos planos de saúde, mas também sinalizará o caminho para a inovação, acessibilidade e equidade em saúde no Brasil. Será crucial acompanhar as implicações dessa decisão e promover um diálogo contínuo entre legisladores, profissionais de saúde, operadoras e pacientes para construir um sistema que equilibre a viabilidade econômica com o compromisso de atender plenamente às necessidades de saúde da população.

*** Natália Soriani,** advogada especialista em Direito Médico e de Saúde

PRIVADA. Proposta de Rosis Júnior (PL) que dispõe sobre o manejo de árvores visa garantir o exercício do direito à propriedade privada

Projeto na Câmara abre brecha para a retirada de árvores em Santos

A maioria dos santistas sabe que árvores são essenciais para o clima. A supressão delas aumenta o calor, altera a qualidade do ar e deixa a cidade urbanisticamente menos atrativa. No entanto, um projeto de lei complementar, de autoria do vereador Rui de Rosis Júnior (PL), que altera a Lei Complementar nº 973/2017 que dispõe sobre o manejo delas visando garantir o exercício do direito à propriedade privada no perímetro urbano, está causando repercussão nas redes sociais.

Conforme sugestão do vereador, entre outras mudanças está a possibilidade dos proprietários de imóveis realizar o manejo de árvores situadas dentro dos limites de sua propriedade, compreendendo a poda preventiva ou corretiva e, quando necessário, a supressão total da árvore, sem necessidade de autorização prévia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), desde que executada com segurança e responsabilidade, preferencialmente por profissional habilitado, conforme normas técnicas ambientais básicas.

O proprietário deverá informar à SEMAM, mediante formulário eletrônico ou físico, em até sete dias úteis, para fins de registro e controle estatístico, com simples descrição dos motivos e localização da árvore. E a A SEMAM terá o prazo improrrogável pelo mesmo período, a contar do recebimento da comunicação prévia, para manifestação conclusiva. Decorrido esse prazo sem manifestação, a supressão será considerada tacitamente autorizada e ela implicará, preferencialmente (e não obrigatoriamente), a compensação ambiental.

Por fim, caberá à SEMAM regulamentar e divulgar, no prazo de até 60 dias após a publicação da lei complementar proposta, os critérios técnicos mínimos e orientações gerais para o manejo de árvores no perímetro urbano.


DIVULGAÇÃO/PMS

Rui de Rosis Júnior justifica a proposta alegando a garantia do exercício pleno do direito à propriedade privada

A lei não se aplica a imóveis situados em zona rural ou em áreas de preservação permanente, nem a árvores declaradas imunes ao corte e novos empreendimentos imobiliários deverão apresentar projetos de arborização dos passeios públicos adjacentes e dos espaços abertos de uso público ou coletivo para análise e aprovação, ficando a emissão do "Habite-se" condicionada à obrigação.

Proposta defende não necessidade de autorização prévia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, desde que executada com responsabilidade

JUSTIFICATIVA.
Rui de Rosis Júnior justifica a proposta alegando a garantia do exercício pleno do direito à propriedade privada, simplificando os procedimentos relativos ao manejo de árvores, pois legislação em vigor impõe uma série de exigências técnicas e burocráticas que, na prática, oneram excessivamente o cidadão, muitas vezes inviabilizando a realização de ações simples e necessárias, como a poda ou remoção de árvores que impedem o uso regular do imóvel.

Em muitos casos, argumenta, ainda se impõe ao contribuinte a obrigação de realizar compensações ambientais desproporcionais à intervenção, o que violaria o princípio constitucional do direito de propriedade, previsto na Constituição. "O direito à propriedade, embora submetido à sua função social, não pode ser esvaziado por medidas desproporcionais que impedem o uso pleno e responsável do imóvel pelo seu legítimo possuidor", afirma.

Do ponto de vista da política pública, De Rosis Júnior diz que a proposta se ancora em valores liberais, buscando reduzir o intervencionismo estatal sobre a esfera privada, especialmente em situações que não envolvem risco ao meio ambiente coletivo, como é o caso da poda ou corte de árvores em lotes urbanos privados. "O cidadão, neste contexto, não pode ser tratado como inimigo da natureza, sobretudo quando atua com responsabilidade, segurança e boa-fé".

O vereador ainda alega que sua proposta também reafirma o compromisso com a eficiência administrativa e o bom uso dos recursos públicos. Ao desburocratizar procedimentos e permitir que o próprio munícipe assuma, sob sua responsabilidade, o manejo das árvores em sua propriedade, "a Prefeitura poderá concentrar seus esforços técnicos e operacionais naquilo que realmente importa: a preservação das áreas públicas, dos ecossistemas sensíveis e do patrimônio ambiental coletivo".

Por sua assessoria, o parlamentar complementa enfatizando que a proposta surgiu a partir de um problema que muitos moradores têm envolvendo árvores apodrecidas e com risco de queda, mas não conseguem retirá-las devido à burocracia e ao alto custo do processo na Prefeitura. Com as últimas chuvas e ventanias, alega casos de árvores caindo, danificando imóveis e colocando vidas em risco.

"O vereador reconhece a importância das árvores para o bem-estar e equilíbrio do ambiente urbano. No entanto, esse valor não pode se sobrepor ao direito dos proprietários de proteger suas famílias e seus imóveis diante de riscos evidentes. A própria proposta prevê que árvores inventariadas ou protegidas continuarão exigindo autorização da SEMAM para eventual supressão", finaliza a Assessoria. **(Carlos Ratton)**

Paralelemante à Câmara, movimento busca mais árvores à Cidade

É importante lembrar que, desde o ano passado, existe um movimento em Santos intitulado Santos Mais Verde, cuja sede se encontra na Estação da Cidadania, na Avenida Ana Costa, 340.

Ele reúne diversas entidades da sociedade civil, preocupadas com a melhor qualidade de vida dos moradores da cidade e que pretendem reverter a falta de espaços públicos para atividades saudáveis, em contato maior com a natureza.

No ato do lançamento do movimento, houve a divulgação de um diagnóstico da cidade, com vistas a fazer parte de uma proposta de programa municipal com o mesmo nome.

E ainda a fomentação de um amplo debate com a sociedade civil, juntamente com o poder público e a iniciativa privada para o cumprimento em Santos do Programa Cidades Verdes Resilientes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **(Carlos Ratton)**


DIVULGAÇÃO/PMS

Movimento reúne diversas entidades da sociedade civil, preocupadas com melhor qualidade de vida dos moradores

Desde 2024, existe um movimento em Santos intitulado Santos Mais Verde, cuja sede se encontra na Estação da Cidadania, na Avenida Ana Costa, 340

Prefeitura também tem programa

Por sua vez, a Prefeitura de Santos lançou o Programa Santos Sustentável pretende plantar 10 mil novas árvores na cidade na segunda gestão do prefeito Rogério Santos (Republicanos). O objetivo do projeto é combater os efeitos das mudanças climáticas através da arborização urbana.

Nos primeiros três meses de 2025, a iniciativa já plantou 2 mil mudas. O programa foi lançado oficialmente no dia 17 de março, em comemoração ao Dia Nacional da Conscientização sobre Mudanças Climáticas. O projeto é pioneiro na região e, após seu término, Santos deve contar com cerca de 45 mil árvores na área insular

Outro projeto na cidade foi o projeto-piloto 'AbE subiu o Morro', que plantou cerca de 300 mudas de árvores em áreas de vulnerabilidade no Monte Serrat. Além do plantio de mudas, a proposta inclui a criação de corredores verdes para promover a biodiversidade terrestre e a avifauna e aumentar a área permeável da cidade, facilitando a absorção das chuvas.

O programa também contempla o plantio de 500 árvores em calçadas e praças de diversos bairros. Outros locais também estão sendo estudados para implementação de corredores verdes com o objetivo de criar 'pulmões urbanos' e aumentar a conexão com novas áreas verdes.

A prefeitura ressalta que o programa também visa a preservação da vegetação que protege a faixa de areia. O piso asfáltico será substituído por materiais permeáveis, instalação de jardins de chuva, implantação de pomares e mata urbana. **(Carlos Ratton)**

ANTIGO VALE DA MORTE. Município é reconhecido por excelência em arborização

Cubatão vira 'Tree City of the World'

Cubatão acaba de ser oficialmente reconhecida como uma das Tree Cities of the World, selo concedido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em parceria com a Arbor Day Foundation. O reconhecimento internacional coloca a cidade em um seleto grupo de apenas 34 municípios brasileiros que alcançaram esse padrão de excelência em gestão urbana verde.

O título chega como consequência de diversas ações sustentáveis implementadas pela cidade nos últimos anos. Entre os destaques estão o Plano Municipal de Arborização Urbana — que prevê o plantio de 14 mil árvores nativas ao longo dos próximos 12 anos — e a execução de programas de compensação ecológica em áreas como os parques Cotia-Pará e Perequê, onde já foram plantadas centenas de mudas de espécies nativas. Além disso, projetos habitacionais sustentáveis têm promovido a recuperação de áreas degradadas e a preservação de ecossistemas locais, como manguezais e restingas.

Durante a cerimônia de oficialização, o prefeito César Nascimento emocionou-se ao relembrar o passado difícil da cidade, antes conhecida como um dos maiores polos de poluição da América Latina. "Me sinto orgulhoso e privilegiado em hoje estar no comando da nossa cidade. Nasci aqui, acompanhei os tempos obscuros, os tempos em que Cubatão era motivo de chacota, em que a gente sofria bullying nos jogos, quando chamavam nossa gente de 'povo sem cérebro'. Nossa população merece esse reconhecimento. É um povo trabalhador, guerreiro, que tem essa preocupação ambiental. Hoje, mais de 30 anos depois, esse selo ratifica que somos, sim, um símbolo de recuperação ambiental. E mais do que isso, mostra que continuamos sendo um 'Vale da Vida'. Essa chancela nos traz uma responsabilidade ainda maior: a de projetar o futuro", afirmou.

O prefeito também adiantou os próximos passos da gestão municipal para manter e expandir as ações que garantiram a chancela internacional. "Vamos continuar com nosso Plano de Arborização. Agora fazemos parte do conselho nacional. Vamos colocar isso em prática, levar para dentro das escolas uma educação ambiental mais efetiva, como uma matéria primordial. E vamos apoiar ainda mais as organizações civis dentro das comunidades", reforçou.

Presente na cerimônia, o professor Maurício Lamano Ferreira, da Universidade de São Paulo (USP), destacou que o selo só é concedido a cidades que cumprem critérios técnicos rigorosos, como orçamento público dedicado à vegetação urbana, avaliação e monitoramento constantes, e políticas públicas eficazes. "Para receber esse selo, a cidade tem que ter excelência e cumprir requisitos mínimos de uma boa gestão de arborização urbana. Cubatão cumpriu sua responsabilidade com políticas públicas voltadas à arborização. Ainda falta o Plano Municipal da Mata Atlântica, mas acredito que será executado em breve. A cidade se destacou também por orçamento público destinado à vegetação urbana, avaliação e monitoramento, além de ações celebrativas. Cubatão se tornou um exemplo de gestão que atua na fronteira do que internacionalmente se entende como excelência em arborização urbana. O contraste é simbólico: de uma cidade cinza há 50 anos para uma Cubatão verde e azul, que encanta os olhos", explicou o especialista.



NAIR BUENO/DL
Durante a cerimônia, prefeito emocionou-se ao relembrar o passado

Ele também chamou atenção para a necessidade de que essas políticas levem em conta a inclusão social. "A arborização urbana deve ser pensada com lentes socioeconômicas. Os mais pobres vivem em áreas menos qualificadas, e é fundamental que a gestão pública olhe para esse setor. A Secretaria de Meio Ambiente precisa caminhar junto com Saúde, Habitação, Cultura, Obras... As políticas ambientais não podem andar sozinhas. Não adianta ter um maciço florestal se ele não é utilizado. As pessoas precisam de espaços qualificados para convívio e bem-estar", alertou.

Sobre as responsabilidades futuras que acompanham o título, o professor foi direto: "Ganhar o selo uma vez é fácil, o difícil é manter. Cubatão agora precisa garantir orçamento específico para arborização urbana no próximo ano. Precisa revisar e aplicar os planos de arborização, Mata Atlântica, adaptação às mudanças climáticas. E principalmente, ter um conselho gestor participativo. A sociedade civil precisa ser voz ativa, não apenas decorativa. Esse é um diferencial que Cubatão já vem demonstrando."

O selo "Tree Cities of the World" não apenas insere Cubatão no mapa global da sustentabilidade, como reafirma sua transformação histórica — de polo industrial poluído a modelo de recuperação ambiental. Mais do que uma chancela, o reconhecimento internacional representa o compromisso contínuo com uma gestão urbana verde, inclusiva e orientada para o futuro. **(Luana Fernandes)**

Santos prevê até 378 mil turistas durante o feriadão

Ecovias espera que entre 274 mil e 421 mil veículos venham à Baixada Santista, sendo 126,3 mil a Santos

Santos deve receber até 378,9 mil pessoas no período que engloba a Semana Santa e Tiradentes (18 a 21 de abril), estima a prefeitura. O cálculo é baseado em dados da Ecovias, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes. Hotéis deverão ter o pico de ocupação durante a sexta-feira (18) e o sábado (19).

A Ecovias espera que entre 274 mil e 421 mil veículos venham à Baixada Santista, sendo que, desses, até 126,3 mil virão no sentido de Santos. Considerando a média de três pessoas por veículo, a estimativa é de que entre 246,6 mil e 378,9 mil turistas virão visitar a Cidade durante o período.

Segundo a pesquisa realizada pela Seção Observatório do Turismo (Seotur), da Secretaria de Turismo, Comércio e Empreendedorismo (Setur), com um universo de 12 hotéis (1.473 apartamentos), o pico de ocupação registrado em nove estabelecimentos atingiu a média de 73% nos dias 18 (sexta-feira) e 19 (sábado). A média geral de todo o período é de 65%.

"Santos, mais uma vez, se destaca como destino no Litoral Paulista neste feriado. A expectativa é excelente. A Cidade está preparada para receber todos os turistas que a escolherem como destino", destaca o secretário de Turismo, Comércio e Empreendedorismo, Thiago Papa.


ISABELA CARRARI/PMS
Hotéis da cidade deverão ter o pico de ocupação durante a sexta-feira (18) e o sábado (19)

CENTRO.
Quem for visitar o Centro Histórico poderá prestigiar atrações que celebram a criatividade, o futebol e a cultura japonesa.

A Casa da Frontaria Azulejada (Rua do Comércio, 96, Centro Histórico) recebe, entre quinta-feira (17) e sábado (19), das 10h às 18h, o Festival Criativo. Realizado pelo coletivo Frontaria Criativa, o festival celebra a economia criativa e dá visibilidade ao trabalho de mais de 50 expositores, entre artesãos, artistas independentes e empreendedores da culinária artesanal, com entrada gratuita. **(DL)**

Guarujá entrega nova quadra e anuncia aumento de Bolsa

O prefeito de Guarujá, Farid Madi, fez a entrega da quadra esportiva do Centro Esportivo Duque de Caxias, o Ginásio Tejereba (Praça Horácio Lafer, s/nº - Enseada), na última terça-feira (15). A quadra ficou desativada por dois anos e foi totalmente revitalizada pela Prefeitura de Guarujá, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Sel), oferecendo mais segurança e conforto aos atletas e espectadores.

As ações fazem parte da agenda de eventos de prestação de contas de 100 dias de Governo, que se encerrou ontem (16). "A reabertura dessa quadra é um compromisso da administração de tornar cada metro quadrado da cidade um espaço para a população, para o esporte, para a educação e para a cidadania", afirmou o secretário de Esporte e Lazer, Mohamad Rahim.


DIVULGAÇÃO/PMG
As ações fazem parte da agenda de eventos de prestação de contas de 100 dias de Governo, que se encerrou ontem (16)

O secretário adjunto da pasta, José Roberto Galvão, destacou que a obra é um sonho realizado. "Nós vamos abrir a quadra ao público, trazer a atividade física e a qualidade de vida de volta. É a oportunidade de tirar as crianças e jovens das ruas, realizando atividades bem orientadas".

O prefeito Farid Madi ressaltou que um equipamento muito importante está sendo devolvido à população. E nós não vamos parar. São 100 dias trabalhando sem parar e assim será pelo próximos quatro anos", afirmou.

BOLSA DE INCENTIVO.
Farid também anunciou o aumento do valor pago pela Prefeitura aos beneficiários do Programa de Incentivo ao Atleta. Projeto de Lei está sendo preparado para apreciação da Câmara, para aumentar o repasse das atuais 100 Unidades Fiscais do Município (UFMs) para 130 UFMs. Sendo assim, o valor subiria de R$ 463,00 para R$ 602,00.

"Estamos resgatando o valor do atleta de alto rendimento, que precisa de incentivo para poder crescer e representar Guarujá, enaltecendo o esporte do nosso Município", declarou o secretário de Esporte e Lazer, Mohamad Rahim. **(DL)**

Capacitação fortalece GCM de São Vicente

A Guarda Civil Municipal de São Vicente (GCM-SV) passou por capacitação: o Curso de Patrulhamento Tático, realizado entre os dias 2 e 11 de abril na sede do grupo, com aulas sobre técnicas operacionais para a atuação policial dos agentes. O objetivo foi qualificar o trabalho dos profissionais de forma técnica, física, psicológica e tática.

Composto por agentes voluntários, o curso teve duração de 150 horas. Ao longo da formação, os agentes passaram pelas técnicas de conduta de patrulha, combate em ambiente confinado, ação em baixa luminosidade, técnicas de Atendimento Pré-Hospitalar Tático, direção policial, Controle de Distúrbios Civis, gerenciamento de crises, técnicas de abordagem e atividades complementares.

"O 2º CPT habilitou nossa Guarda para um procedimento mais efetivo das equipes táticas. Essa capacitação abordou diversas técnicas para o trabalho do agente de segurança no patrulhamento tático, o que contribuirá cada vez mais para o desenvolvimento do nosso trabalho e em prol da segurança da população", ressaltou o comandante da GCM-SV, Rubens Goes.

Também participaram do treinamento guardas municipais de Santos e Cubatão. Os treinamentos foram ministrados por instrutores de São Vicente, Guarujá, Cubatão, Jandira e Campinas.

A capacitação de patrulhamento tático dá sequência a um trabalho contínuo de fortalecimento das atuações da GCM-SV, segundo a prefeitura. **(DL)**

NOTAS



MARCELO CASAL/AGENCIA BRASIL

Atualmente, o salário mínimo está em R$ 1.518; aumento em 2026 seria de 7,37%, segundo proposta do governo

Salário mínimo deve ser de R$ 1.630

O salário mínimo em 2026 deverá ser de R$ 1.630, com aumento nominal de 7,37%. O reajuste consta do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, enviado na terça-feira (15) ao Congresso Nacional.

Atualmente, o salário mínimo está em R$ 1.518. O reajuste segue a projeção de 4,76% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os 12 meses terminados em novembro mais o teto de crescimento de gastos de 2,5% acima da inflação, determinado pelo arcabouço fiscal. A estimativa para o INPC também consta do PLDO.

O projeto também apresentou previsões de R$ 1.724 para o salário mínimo em 2027, de R$ 1.823 para 2028 e de R$ 1.925 para 2029. As projeções são preliminares e serão revistas no PLDO dos próximos anos. Em 2023, o salário mínimo voltou a ser corrigido pelo INPC do ano anterior mais o crescimento do PIB, soma das riquezas produzidas pelo país, de dois anos antes. Essa fórmula vigorou de 2006 a 2019. Por essa regra, o salário mínimo aumentaria 3,4% acima do INPC. **(AB)**

PARA 2026. Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias manteve a meta de superávit – resultado positivo nas contas do governo sem os juros da dívida pública

Orçamento prevê superávit de R$ 38,2 bi

Enviado na terça-feira (15) ao Congresso Nacional, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 manteve a meta de superávit primário – resultado positivo nas contas do governo sem os juros da dívida pública. A proposta manteve em R$ 34,3 bilhões, 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), a meta de superávit primário para 2026.

Como o arcabouço fiscal prevê margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB para mais ou para menos, em tese o governo poderá encerrar o próximo ano com resultado zero e, ainda assim, cumprir a meta.

Mesmo com a margem de tolerância, o governo prevê que cumprirá a meta com pequena folga. Segundo o projeto da LDO, o superávit primário ficará em R$ 38,2 bilhões no próximo ano, R$ 3,9 bilhões acima da meta.

O texto projeta superávit de 0,5% do PIB para 2027, 1% em 2028 e 1,25% em 2029. Essas estimativas, no entanto, são revisadas a cada ano.

Em valores absolutos, o PLDO prevê que o superávit primário poderá variar entre zero e R$ 73,2 bilhões em 2026, considerando a margem de tolerância. Para 2027, o texto prevê superávit de R$ 34,3 bilhões a R$ 91,75 bilhões, com meta de R$ 73,4 bilhões.

Para 2028, o governo prevê variando de resultado positivo de R$ 117,97 bilhões a R$ 196,63 bilhões, com meta de R$ 157,3 bilhões. Para 2029, o projeto estima superávit primário de R$ 210,7 bilhões, com o intervalo entre R$ 158,02 bilhões e R$ 263,38 bilhões.

Mesmo com a margem de tolerância, o governo prevê que cumprirá a meta com pequena folga

REVISÃO DE GASTOS. O PLDO de 2026 mantém as medidas de revisão de gastos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e nas indenizações do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para os próximos anos.

A economia total chegaria a R$ 50,8 bilhões, dividida da seguinte forma: R$ 9 bilhões em 2025, R$ 8,9 bilhões em 2026, R$ 11,4 bilhões em 2027, R$ 11,9 bilhões em 2028 e R$ 9,6 bilhões em 2029.

Em relação ao INSS, o governo quer economizar R$ 3,1 bilhões em 2026, R$ 3,4 bilhões em 2027, R$ 3,6 bilhões em 2028 e R$ 3,8 bilhões em 2029. No BPC, o projeto prevê economia de R$ 2 bilhões em 2026, R$ 4,2 bilhões em 2027, R$ 4,5 bilhões em 2028 e R$ 2 bilhões em 2029. **(AB)**

ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS – OGMO/Santos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente Edital ficam convocadas todas as pessoas jurídicas de direito público, privado e cooperativas pertencentes à categoria econômica dos Operadores Portuários, pré-qualificados pela Autoridade Portuária de Santos - APS, que estejam em dia com suas obrigações sociais, para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária – AGO**, a realizar-se no próximo dia 25 (vinte e cinco) de abril de 2025, às 08h30m (oito horas e trinta minutos), em primeira convocação, com a presença no mínimo de metade mais um dos Operadores Portuários e, se não alcançado esse "quórum", depois de decorridos trinta minutos, com qualquer número de participantes, conforme previsto no artigo 23, parágrafos 2º e 3º, do Estatuto Social do OGMO/Santos, no auditório sede da entidade, situado na Avenida Conselheiro Nébias, 255, Vila Mathias, em Santos/SP, para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1) Apreciação do Relatório, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício anterior do OGMO/Santos, nos termos do quanto previsto no artigo 25, inciso II do Estatuto Social da entidade.

Santos, 17 de abril de 2025.

EVANDRO SCHMIDT PAUSE
Diretor Executivo

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DE SANTOS, BAIXADA SANTISTA, LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DE SANTOS, BAIXADA SANTISTA, LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA, por seu presidente abaixo assinado, no uso de suas atribuições estatutárias e legais, convoca todos os trabalhadores e aposentados representados por esta entidade sindical, das empresas: **ISA ENERGIA BRASIL -** Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista; da **CPFL -** Companhia Piratininga de Força e Luz; da **ELETROPAULO** (ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO), **BANDEIRANTE ENERGIA** (EDP SÃO PAULO), **EMAE** - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A e **CESP/ELEKTRO** (NEOENERGIA ELEKTRO), para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no **dia 28 de Abril de 2025 às 10:00h, em primeira convocação**, com a presença da maioria absoluta dos trabalhadores, e, não havendo quórum, **em segunda convocação, às 10:30h**, com qualquer número de presentes, na sede do SINTIUS, **na Rua São Paulo nº 24/ 26, Vila Belmiro - Santos/S**P, para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA:

1. Deliberação sobre a autorização para o Sindicato ajuizar ação judicial coletiva visando à deflação salarial (revisão e/ou correção de valores pagos a menor);

2. Outorga de poderes à Diretoria do Sindicato para promover todos os atos necessários ao ajuizamento e tramitação da referida ação;

3. Deliberação sobre o repasse de honorários advocatícios, conforme previsto nos contratos firmados entre o Sindicato e os escritórios de advocacia que prestam serviços à entidade;

Santos, 16 de abril de 2025.

TANIVALDO MONTEIRO DANTAS - Presidente

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS DO VALE DO RIBEIRA E SANTOS - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRORDINÁRIA DE CAMPANHA SALARIAL - O **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Bebidas do Vale do Ribeira e Santos - STIABVALE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 58.255.811/0001-13, por meio de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** todos os trabalhadores, associados e não associados, que exercem suas funções nas seguintes unidades empregadoras: **Citrosuco S/A Agroindustria**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.010.786/0071-90, **Louis Dreyfus Company Sucos S.A**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.831.373/0053-35 e **Sucocitrico Cutrale Ltda** inscrita no CNPJ sob o nº 61.649.810/0003-20 e 61.649.810/0018-06, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária de Campanha Salarial, a ser realizada presencialmente na sede do sindicato, situada à Rua do Comércio, nº 25, 1º andar, salas 12/14, Santos/SP, nas seguintes datas e horários: **1.** Dia 30 de abril de 2025 (quarta-feira), às 07h00 e às 16h00, para os trabalhadores das empresas **Citrosuco S/A Agroindústria e Louis Dreyfus Company Sucos S.A**; **2.** Dia 06 de maio de 2025 (terça-feira), às 07h00 e às 16h00, para os trabalhadores da empresa **Sucocítrico Cutrale Ltda**. A Assembleia terá a seguinte ordem do dia: a)Discussão e elaboração da Pauta de Reivindicação referente às negociações Coletivas de Trabalho 2025/2026; b)Discussão e Autorização para celebrar o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria profissional e na impossibilidade desta, ingressar com Dissídio Coletivo; c) Discussão, deliberação e aprovação do desconto da Contribuição Assistencial no percentual equivalente a 1% (um por cento), do salário, inclusive do 13º salário bem como, a manifestação de oposição observada a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral (TEMA 935), em conformidade com o inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal e Lei 13.467 de 13/07/2017, que alterou o artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. A decisão da assembleia servirá como autorização prévia e expressa para aplicação das normas coletivas de trabalho. Santos/SP, 16 de abril de 2025. **Reinaldo Francisco de Sousa Junior - Presidente.**

CIA. TAMOYO DE ARMAZÉNS GERAIS
Santos - SP - CNPJ 58.136.169/0001-53
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
Convocamos os Srs. Acionistas, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, para comparecerem na AGO que se realizará no dia 05/05/2025, às 17 horas, na Rua Augusto Severo nº 7 - 12º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** a) Relatório da Diretoria, Contas e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024; b) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras e contábeis do exercício; c) Destinação do resultado do exercício. Aviso aos Acionistas: Ficam os acionistas cientificados de que se encontram à disposição para consulta, na sede social, os documentos de que tratam os incisos I a V, da Lei n.º 6.404/76 do artigo 133, além de já terem sido publicados anteriormente, na forma do § 5.º do artigo 133 da mesma lei, tanto o balanço como as demonstrações contábeis, na edição de 01/04/2025 do jornal A Tribuna. Luiz Alberto Azevedo Levy - Presidente da Diretoria.

Anuncie:
(13) 99149-7354
publicidade@diariodolitoral.com.br

Fique ligado

Brasil bate recorde na abertura de pequenos negócios no 1º trimestre

O Brasil bateu recorde na abertura de pequenos negócios nos três primeiros meses deste ano, com mais de 1,4 milhão de registros. Os microempreendedores individuais (MEIs) chegaram a 78% dos novos Cadastros Nacionais da Pessoa Jurídica (CNPJs).

Os dados são do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e indicam, ainda, um aumento de 35% no número de MEIs em comparação com igual período de 2024, além de um crescimento de 28% nas micro e pequenas empresas.

De acordo com a pesquisa, a expansão do empreendedorismo formalizado vem acompanhada de medidas governamentais voltadas à simplificação, incentivo, inovação e ampliação do acesso ao crédito para pequenos negócios.

Em março deste ano, o setor de serviços obteve o melhor desempenho, com 63,7% do total de pequenos negócios abertos, seguido por comércio e indústria da transformação.

No recorte por regiões, a pesquisa do Sebrae aponta que Sudeste, Sul e Nordeste lideram a abertura acumulada de pequenos negócios, sendo São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro nas primeiras posições entre os estados.

Expansão vem acompanhada de medidas governamentais voltadas à simplificação, incentivo, inovação e ampliação do acesso ao crédito

EMPREENDEDORES. Segundo o estudo, o país tem 47 milhões de pessoas à frente de algum negócio, formal ou informal. Entre os fatores que justificam o indicador está o aumento na Taxa de Empreendedores Estabelecidos, aqueles com mais de 3 anos de operação, que saltou de 8,7%, em 2020, para 13,2% no ano passado. **(AB)**

PF deflagra ação contra quadrilha que fraudava aplicativo Caixa Tem

A Polícia Federal deflagrou a Operação Farra Brasil 14, no Rio de Janeiro, para desmontar uma organização criminosa especializada em fraudes por meio do aplicativo Caixa Tem. De acordo com a PF, os investigados pagavam propinas a funcionários da Caixa Econômica e de casas lotéricas para obter acesso a valores por meio do aplicativo, que paga benefícios sociais do governo federal.

Foram apreendidos na ação 20 telefones celulares, seis notebooks, dois veículos, além de documentos. Os objetos apreendidos serão submetidos à perícia técnica e análise para continuidade das investigações.

Desde a criação do Caixa Tem, em abril de 2020, a Coordenação de Repressão a Fraudes Bancárias Eletrônicas da Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos da PF registrou cerca de 749 mil processos de contestação de quase R$ 2 bilhões por parte da Caixa Econômica Federal. As investigações contaram com o auxílio da Centralizadora Nacional de Segurança e Prevenção a Fraude (Cefra) e da Corregedoria Regional da Caixa, no Rio de Janeiro.

As investigações mostram que a maior parte das vítimas é beneficiária de programas sociais do governo federal, mas as fraudes também atingem o FGTS e o Seguro-Desemprego. Na ação, 80 policiais federais foram designados para cumprir 23 mandados de busca e apreensão nos municípios de Niterói, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Macaé e Rio das Ostras. Além dos mandados, a Justiça Federal impôs medidas cautelares diversas da prisão para 16 investigados. Os investigados responderão pelos crimes de organização criminosa, furto qualificado, corrupção ativa e passiva, além de inserção de dados falsos em sistemas de informação, com as penas máximas podendo chegar a 40 anos de reclusão. Em nota, a Caixa informa que atua conjuntamente com os órgãos de segurança pública nas investigações e operações que combatem fraudes e golpes. **(AB)**

Os investigados pagavam propinas a funcionários da Caixa Econômica e de casas lotéricas para obter acesso a valores por meio do aplicativo

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA. Ideia é que edital seja publicado ainda neste primeiro semestre; veja linhas que serão concedidas

Privatização de balsas em SP vai injetar R$ 1 bilhão e trazer frota 100% elétrica

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou nesta terça-feira (15/4) o projeto que autoriza a concessão do Sistema de Travessias Hídricas à iniciativa privada. Agora, o texto segue para a sanção do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A ideia é que o edital seja publicado ainda no primeiro semestre, com o leilão e a assinatura de contrato programados para o próximo ano. A empresa vencedora terá que investir R$ 1,05 bilhão ao longo de 20 anos, tempo da concessão. O modelo de acordo será em Parceria Público-Privada (PPP).

O sistema de travessias é composto por balsas e embarcações que atuam no transporte de passageiros e veículos. A concessão prevê que a empresa assuma 14 linhas do serviço, que atendem anualmente aproximadamente 11 milhões de passageiros e 10 milhões de veículos.

De acordo com o governo, autor do projeto, a concessão permitirá ainda a aquisição de 48 novas embarcações com motorização elétrica e melhorias na infraestrutura dos terminais existentes.

A empresa fará os investimentos na modernização da infraestrutura, do serviço e renovação da frota, enquanto o Estado se compromete a arcar com 80% da remuneração da futura concessionária, que receberá os demais 20% com as arrecadações de tarifas.

Caberá à empresa ainda fazer a manutenção das embarcações e equipamentos, além da gestão da logística e atendimento ao público.

LINHAS INSERIDAS NA FUTURA CONCESSÃO.
Santos-Vicente de Carvalho
Santos-Guarujá
São Sebastião-Ilhabela
Cananéia-Ariri
Travessias na Represa de Paraibuna



DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP

Ideia é que o edital seja publicado neste semestre, com o leilão e a assinatura de contrato programados para 2026

De acordo com o governo, autor do projeto, a concessão permitirá ainda a aquisição de 48 novas embarcações com motorização elétrica e melhorias na infraestrutura dos terminais existentes

Região metropolitana de São Paulo (as linhas não foram informadas)

Ainda segundo o governo, o modelo de concessão deve manter a política tarifária atual, sem previsão de reajuste nos valores cobrados e com a manutenção das gratuidades existentes. **(Bruno Hoffmann)**

Brooklin se torna o bairro mais caro para alugar em SP

Ascensão do Brooklin ocorre em um período no qual os imóveis da Vila Olímpia, até então o mais caro da Capital, mostraram uma certa estabilidade

O Brooklin superou a Vila Olímpia e se tornou o bairro com o metro quadrado mais caro de aluguel em São Paulo. A informação é do Índice de Aluguel QuintoAndar Imovelweb, divulgado nesta quarta-feira (16/4).

O distrito da zona sul da cidade alcançou o preço médio de R$ 99,65 por metro quadrado em março, e tem apresentado um crescimento constante no preço, com uma alta de 15,3% nos últimos 12 meses.

Segundo o estudo, a ascensão do Brooklin ocorre em um período no qual os imóveis da Vila Olímpia, até então o mais caro da capital paulista, mostraram uma certa estabilidade nos últimos 12 meses.

O preço médio do metro quadrado para aluguel na Vila Olímpia foi de R$ 98,82 em março, apresentando uma leve queda de 0,5% no último mês.

"O aumento da demanda, impulsionado pela valorização da região e pela procura por imóveis próximos a centros comerciais e de fácil acesso, tem levado o preço no Brooklin a subir. É a primeira vez, inclusive, que o bairro ocupa a primeira posição do ranking", explicou Thiago Reis, gerente de Dados do Grupo QuintoAndar.

CRESCIMENTOS SEGUIDOS.
O especialista também revelou que os dados reforçam a tendência de alta no mercado de aluguel da cidade. Outras análises da empresa revelaram quais são os melhores bairros para alugar na Capital.

De acordo com o indicador, São Paulo registrou, pelo 44º mês consecutivo, um aumento no preço médio do aluguel.

Em março, a alta em relação a fevereiro foi de 1,28%. Nos três primeiros meses do ano, o preço médio na cidade subiu 4,51%. Desde julho de 2021 São Paulo não registra uma queda no preço médio do metro quadrado.

"Embora essa previsibilidade minimize o 'fator surpresa' para quem está à procura de imóveis, a tendência de alta contínua exige um planejamento financeiro para evitar o impacto de custos acumulados ao longo do tempo", explicou ainda Reis.

Apenas 23 dos 106 bairros analisados pelo indicador apresentaram queda no valor do metro quadrado no primeiro trimestre deste ano. As localidades com maior valorização no período foram: Vila Mascote (14,6%), Jardim Pirituba (13,2%) e Vila Campestre (12,1%). As maiores quedas foram registradas na Vila Nova Conceição (-8%), na Vila Antonieta (-4,9%) e no Itaim Bibi (-4,6%).



RUBENS CHAVES/FOLHAPRESS

Distrito da zona sul da cidade alcançou o preço médio de R$ 99,65 por metro quadrado em março

ENTENDA O ESTUDO.
A metodologia do Índice de Aluguel QuintoAndar Imovelweb usa um modelo de preços hedônico, flexível, e incorpora dezenas de variáveis estruturais e locacionais para melhorar a qualidade e precisão dos dados. Fatores como tamanho, número de vagas de garagem, acessibilidade a escolas, entre outros, são levados em conta.

O Índice de Aluguel QuintoAndar Imovelweb está em São Paulo, Rio, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília e tem periodicidade mensal. **(Bruno Hoffmann)**

Câmara do ABC arquiva pedido de cassação contra vereadora

Em sessão tumultuada, o pedido de cassação contra a vereadora Bruna Biondi (PSOL) na Câmara de São Caetano do Sul nesta terça-feira (15/4) foi retirado da ordem do dia, representando uma vitória para a parlamentar.

O vereador César Oliva (PSD), líder do governo e que havia feito a acusação contra a colega, porém, prometeu reapresentar o pedido de cassação mais para frente de forma "mais robusta".

Na tribuna, Oliva disse que todos os vereadores foram chamados de racistas por Biondi, e que "a Câmara quase que como um todo, e isso inclui vereador de oposição, não aguenta mais o desrespeito e a falta de decoro do PSOL".

Ele também falou que entrou com o pedido de cassação para "impor limite" à psolista.

Biondi é única vereadora mulher da Casa e parte da pequena oposição ao prefeito Tite Campanella (PL). Ela foi a mais vereadora sul-caetanense mais votada nas eleições de 2024.

ENTENDA.
Oliva acusa a colega de quebra de decoro parlamentar quando ela afirmou que a Casa de Leis estaria validando o racismo e a LGBTfobia ao conceder título de cidadão a Daniel Belucci Contro, diretor do colégio Liceu Jardim, de Santo André.

Em 2021, durante uma palestra, Contro disse que "ciganos, homossexuais, criminosos" atacam "valores tradicionais da família judaico-cristã".

Com a repercussão, a instituição de ensino publicou uma nota em que garantiu que tem como ideário pedagógico "a tolerância e o respeito à diversidade de raça, crença, gênero e condição social".

Segundo a assessoria da parlamentar, ela é vítima de uso de mecanismos legais como forma de perseguição e de mulheres na política, prática conhecida como lawfare, já que o processo teria chegado dias depois de ela vencer na Justiça comum um colega da base governista por violência política de gênero.

Um grupo de admiradores fez um protesto na Câmara contra a possível abertura de processo contra a parlamentar, o que causou confusão em vários momentos da sessão. **(Bruno Hoffmann)**

Publicidade Legal

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000607-94.2024.8.26.0441. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara, do Foro de Peruíbe, Estado de São Paulo, Dr(a). GUILHERME PINHO RIBEIRO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ALEXANDRE VIEIRA, Brasileiro, Casado, Autônomo, RG 02220671238, CPF 07478807860, com endereço à Rua Moacir Salles D'Avila, 430, casa 2, Vila Menck, CEP 06288-020, Osasco - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de C.E.C.M.P.S. das Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e Grande São Paulo Ltda - UNICRED METROPOLITANA, para cobrança da quantia de R$ 9.653,61 (02/24), decorrente 1) Cédula de Crédito Bancário Limite de Cheque Especial Plus nº 316853 ; 2) Cartão de Crédito SICOOBCARD Visa Platinum 7565122060742.Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pagues o débito e os honorários advocatícios em 5% (ficando isento apenas do pagamento de custas), ou no mesmo prazo ofereçam embargos monitórios, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo, independentemente de qualquer formalidade. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de * dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Peruíbe, aos 10 de janeiro de 2025.

1ª Vara Civel De Santos/sp Dr. Raul Márco Siqueira Junior Intimação. Prazo 20 dias. Proc. 1000122-95.2019.8.26.0562. O Dr. Raul Marcio Siqueira Junior, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Portico Litoral Empreiteira de Mao de Obra Ltda Epp CNPJ 00.879.857/0001-23 que nos autos da Ação Monitória em fase de Cumprimento de Sentença requerida por Unimed de Santos - Cooperativa de Trabalho Médico foi deferida a sua intimação por edital para que no prazo de 15 dias, pague o valor de R$11.457,87 (fev/25) devidamente atualizado, acrescido de custas se houver, sob pena de incidência de multa de 10%, além de honorários advocatícios de 10% sobre o total. Transcorrido o referido prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, prazos estes a fluir os 20 supra. Será o edital publicado na forma da Lei. Santos, 20.02.25. K-16e17/04

1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Praia Grande/SP
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1012234-89.2021.8.26.0477. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Praia Grande, Estado de São Paulo, Dr. Eduardo Hipolito Haddad, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **DENIS ALFREDO CARDOSO, CNPJ 04576822000176, e Denis Alfredo Cardoso, CPF - 28263275857,** que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de **BANCO BRADESCO S/A**, alegando em síntese: trata-se de Instrumento Particular de Confissão de Dívida anexo (doc. 01), sob o n° 13238235, deixando de pagar a partir de 25/03/2021. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO POR EDITAL**, dos executados indicados acima, para, **no prazo de 03 (três) dias**, **pagarem a dívida no valor de e R$ 240.099,39**, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, conforme pedido inicial. **PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze) dias**, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Praia Grande, aos 20 de janeiro de 2025. NADA MAIS.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1025371-14.2020.8.26.0562 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família e Sucessões, do Foro de Santos, Estado de São Paulo, Dr(a). Mariella Amorim Nunes Rivau Alvarez, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Andreza Nobre Akch CPF: 291.517.428-88 que lhe foi proposta uma ação de Inventário por parte de Alessandra Nobre Akch Abilio e outro, alegando em síntese: ação de inventário. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santos, aos 06 de fevereiro de 2025. K-16e17/04

RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA DIOCESE DE SANTOS-SP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Eu, Maria Cacilda dos Santos Cruz, Presidente do Concelho Diocesano da Renovação Carismática Católica da Diocese de Santos, no uso das minhas atribuições que lhes são conferidas estatutáriamente, venho pelo presente CONVOCAR, os associados para a Assembleia Ordinária, que acontecerá no dia 17 de maio de 2025, na cidade de Praia Grande, nas dependências da Capela Nossa Senhora de Fátima, Avenida Irmãos Adornor, 485 – Sítio do Campo, com início às 14h, sendo às 15h00 em primeira convocação com maioria absoluta dos Associados ou meia hora depois de qualquer número de Associandos para deliberarem quanto a:
• Prestação de Contas
• Outros assuntos
Praia Grande, 17 de abril de 2025.

A leitura na medida certa.
Anuncie:
(13) 99149-7354
publicidade@diariodolitoral.com.br

Anuncie aqui, ligue: (13) 99149-7354
publicidade@diariodolitoral.com.br
DIÁRIO do litoral.com.br

EM 2027. Previsão seria indício do risco de insustentabilidade do arcabouço fiscal e apagão nas políticas públicas

Governo aponta falta de verba para saúde e educação

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou que faltará verba no Orçamento para cumprir os pisos de saúde e educação já em 2027, em mais um indício do risco de insustentabilidade do arcabouço fiscal e de apagão nas políticas públicas.

As projeções do PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2026 mostram que a reinclusão integral das despesas com sentenças judiciais nas regras fiscais deixaria um espaço de apenas R$ 122,2 bilhões para gastos discricionários (não obrigatórios) em 2027, primeiro ano de gestão do próximo presidente da República.

Desse valor, R$ 56,5 bilhões ficariam carimbados para emendas parlamentares. A sobra de R$ 65,7 bilhões, por sua vez, é insuficiente para honrar a complementação necessária para cumprir os pisos, estimada em R$ 76,6 bilhões.

O saldo negativo de R$ 10,9 bilhões é um sinalizador da gravidade do quadro, pois só depois de garantir as emendas e as aplicações mínimas em saúde educação viriam as demais despesas não obrigatórias, como gastos para manter o funcionamento da máquina e investimentos em outras áreas.

Na terça-feira (15), o secretário de Orçamento Federal, Clayton Montes, reconheceu que, sob as regras atuais, as políticas públicas ficariam comprometidas já a partir de 2027. "O valor [disponível] não comporta todas as necessidades do Poder Executivo", afirmou em entrevista coletiva.

Hoje, uma parcela das sentenças fica de fora do limite de despesas do arcabouço e da meta fiscal após acordo costurado pelo governo com o STF (Supremo Tribunal Federal). A exceção, porém, tem data para acabar e só vale até o fim de 2026.


MARCELO CASAL/AGÊNCIA BRASIL
Secretário de Orçamento Federal disse que, sob as regras atuais, as políticas públicas ficariam comprometidas já a partir de 2027

A partir de 2027, o governo precisa reincluir essas despesas no arcabouço e na meta de resultado primário.

Técnicos do governo alertam, porém, que este não é um problema para o próximo presidente da República, mas sim para a atual gestão. Em agosto de 2026, às vésperas da campanha, o Executivo terá que enviar ao Congresso a proposta de Orçamento de 2027. Problema semelhante foi vivido por Bolsonaro em 2022. Sem espaço para acomodar despesas já contratadas e promessas de campanha, Guedes enviou o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2023 com cortes em várias políticas públicas, como o programa Farmácia Popular, e sem recursos suficientes para bancar o Auxílio Brasil de R$ 600 por família.

Os cortes generalizados foram explorados por seus adversários na eleição, incluindo Lula que, uma vez eleito, obteve apoio no Congresso Nacional para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para elevar o teto de gastos e descomprimir as despesas discricionárias.

Até agora, o governo ainda não deu uma sinalização concreta de como o problema será resolvido. Segundo Montes, as conversas ainda nem começaram.

"No momento não tem a discussão no que se refere à manutenção [da exceção] ou do envio de uma legislação [para propor uma nova regra para precatórios]", disse o secretário.

A secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, disse que as sentenças judiciais não estão em trajetória explosiva, mas reconheceu que o fim da exceção pactuada com o STF cria dificuldades e afirmou que o Executivo agirá para resolver a questão. "Não dá para olhar para essas projeções que imaginar que governo está de mãos amarradas. O governo trabalha a todo momento para entregar soluções."

No cenário fiscal traçado no PLDO de 2026, o governo ainda teria recursos suficientes para executar suas políticas no ano que vem. O espaço para as despesas discricionárias é calculado em R$ 208,3 bilhões, dos quais R$ 53 bilhões iriam para emendas parlamentares.

Outros R$ 72,2 bilhões seriam direcionados à complementação para os pisos de saúde e educação. Ainda restaria uma margem de R$ 83,1 bilhões para o Executivo tocar a máquina e fazer investimentos.

Por outro lado, se em 2027 a situação já fica insustentável, nos anos seguintes ela se deteriora ainda mais.

Em 2028, a chamada margem líquida para gastos não obrigatórios (que mede o espaço após descontar emendas e pisos) seria negativa em R$ 87,3 bilhões. Há ainda outra maneira de encarar os números: tirando o que fica carimbado para emendas, sobraria apenas R$ 1,6 bilhão para fazer frente a uma necessidade de R$ 88,9 bilhões para cumprir os mínimos de saúde e educação. **(FP)**

Brasil reduz 70% da área queimada no 1º trimestre

Entre os estados brasileiros, Roraima foi o que mais queimou nesses três meses, somando 415,7 mil hectares

Nos três primeiros meses de 2025, a extensão de todas as áreas atingidas por queimadas no país somou 912,9 mil hectares. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, quando foram registrados 2,1 milhões de hectares, houve uma redução de 70% no território nacional atingido pelo fogo.

Do total das áreas queimadas 78% são de vegetação nativa, sendo que 43% do que foi consumido pelo fogo eram de formação campestre.

Entre os estados brasileiros, Roraima foi o que mais queimou nesses três meses, somando 415,7 mil hectares. O Pará foi o segundo mais atingido, com 208,6 mil hectares queimados e o Maranhão perdeu 123,8 mil hectares para o fogo, sendo o terceiro na lista. Entre as cidades, Pacaraima e Normandia, ambas em Roraima, foram as mais afetadas, com 121,5 mil e 119,1 mil hectares, respectivamente.

Segundo o pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) Felipe Martenexen, Roraima vivencia sua estação seca no início do ano, o que torna o estado particularmente vulnerável às queimadas nesse período. "Os dados do primeiro trimestre de 2025 refletem essa sazonalidade climática, com Roraima despontando como o principal foco de fogo no país", explica.

Os números foram divulgados na quarta-feira (16) e são do Monitor do Fogo, uma ferramenta do MapBiomas que utiliza imagens de satélite para mapear cicatrizes de fogo no país. No entanto, o Cerrado se destacou com a maior área queimada no período em comparação aos últimos anos, o que reforça a necessidade de estratégias específicas de prevenção e combate ao fogo de cada bioma. **(AB)**


AGENCIA SANTARÉM
Números são do Monitor do Fogo, uma ferramenta do MapBiomas que utiliza imagens de satélite para mapear fogo

Governo retoma bônus

Os servidores do INSS e os peritos médicos federais vão voltar a ganhar bônus de produtividade como incentivo para reduzir a fila de espera para a análise de benefícios previdenciários e assistenciais.

Uma medida provisória foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva depois da fila do INSS ter aumentado em 2024, superando a marca de dois milhões de pessoas esperando análise de pedidos.

A medida institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios. O texto prevê o pagamento de R$ 68 para o servidor do INSS e R$ 75 para o perito federal por processo analisado e concluído. **(AB)**

Produto chinês pagará tarifa de até 245%, diz governo dos EUA

Produtos chineses podem ser atingidos com uma tarifa de até 245%, informou o governo dos Estados Unidos em um documento da Casa Branca. O valor se refere à taxa de 145% imposta por Donald Trump aos chineses somada a alíquotas de 100% que já estavam em vigor anteriormente, sobre produtos específicos.

Seringas e veículos elétricos exportados da China, por exemplo, devem receber a taxação de até 245%. Esses itens já recebiam uma taxa de 100% para entrarem nos EUA, aplicada pelo ex-presidente Joe Biden, antecessor do republicano. A eles será adicionada a tarifa de 20% anunciada por Trump como parte do esforço para combater o tráfico de fentanil e a de 125% de tarifas recíprocas, divulgadas na semana passada, como parte do embate comercial entre os países.

Seringas e veículos elétricos exportados da China, por exemplo, devem receber a taxação de até 245%. Esses itens já recebiam uma taxa de 100% para entrarem nos EUA

O índice de 245% apareceu numa nota da Casa Branca publicada na terça (15). O valor provocou questionamentos de jornalistas a autoridades de Pequim sobre o que poderia ser uma nova retaliação. **(FP)**


REPRODUÇÃO/INSTAGRAM
Valor se refere à taxa de 145% imposta por Trump aos chineses somada a alíquotas de 100% que já estavam em vigor

Trump diz que Harvard é uma piada

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, renovou seus ataques a universidades americanas ao dizer, na quarta-feira (16), que Harvard, uma das melhores instituições de ensino do mundo, é uma piada e não deveria mais receber fundos federais.

"Harvard nem sequer pode ser considerada um lugar decente de aprendizagem e não deveria figurar em nenhuma lista das melhores universidades do mundo", escreveu o republicano em sua plataforma, a Truth Social. "Harvard é uma piada, ensina ódio e estupidez, e não deveria receber fundos federais."

Assim como Harvard, outras cinco universidades da Ivy League, grupo composto pelas mais antigas e renomadas instituições de ensino superior dos EUA, sofrem pressões da Casa Branca. A gestão Trump trava uma cruzada contra essas universidades sob a justificativa de que elas teriam permitido atos antissemitas em protestos contra a guerra na Faixa de Gaza em seus campi.

O governo exigiu uma série de ações dessas instituições como condição para evitar a retirada de subsídios, como uma auditoria das opiniões de estudantes e professores. Harvard foi a primeira grande universidade a desafiar as ameaças do republicano. A instituição se recusou a cumprir as exigências do governo Trump, que, em retaliação, anunciou o congelamento de US$ 2,2 bilhões (quase R$ 13 bilhões) em fundos federais e ameaçou retirar suas vantagens fiscais. Além disso, exigiu um pedido de desculpas da universidade. **(FP)**

Lula vai a celebração do Exército

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, ontem (16), da celebração do Dia do Exército no quartel-general da força, em Brasília. A instituição completa 377 anos no próximo dia 19. O evento também celebrou os 80 anos da vitória dos militares da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, na Segunda Guerra Mundial.

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, defendeu investimentos no Exército e no cenário internacional. Sugeriu também atenção redobrada diante da "transformação rápida e, ao mesmo tempo, profunda" nas "estruturas geopolíticas tradicionais". O general citou as recentes aquisições da corporação e lembrou os estímulos do governo para impulsionar o desenvolvimento de tecnologias de interesse para a soberania. **(AB)**

'MULHER DO ANO'

Selena será homenageada

Artista será homenageada no Billboard Latin Women in Music e receberá o título de 'Mulher do Ano'



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

2025 está sendo um ano de grandes acontecimentos na vida de Selena Gomez. Depois de ficar noiva de Benny Blanco e lançar um álbum, I Said I Love You First, em parceria com o amado, agora ela será homenageada no Billboard Latin Women in Music. Foi confirmado nesta quarta-feira (16/4) que Selena receberá o título de "Mulher do Ano". A premiação, que também irá homenagear Anitta com o "Vanguard Award", acontece em Miami no próximo dia 24 de abril. O especial terá duas horas de duração. O prêmio de "Woman of the Year", que será entregue a Selena Gomez, é concedido a uma artista que demonstrou "sucesso excepcional, liderança e influência cultural na indústria musical e além".

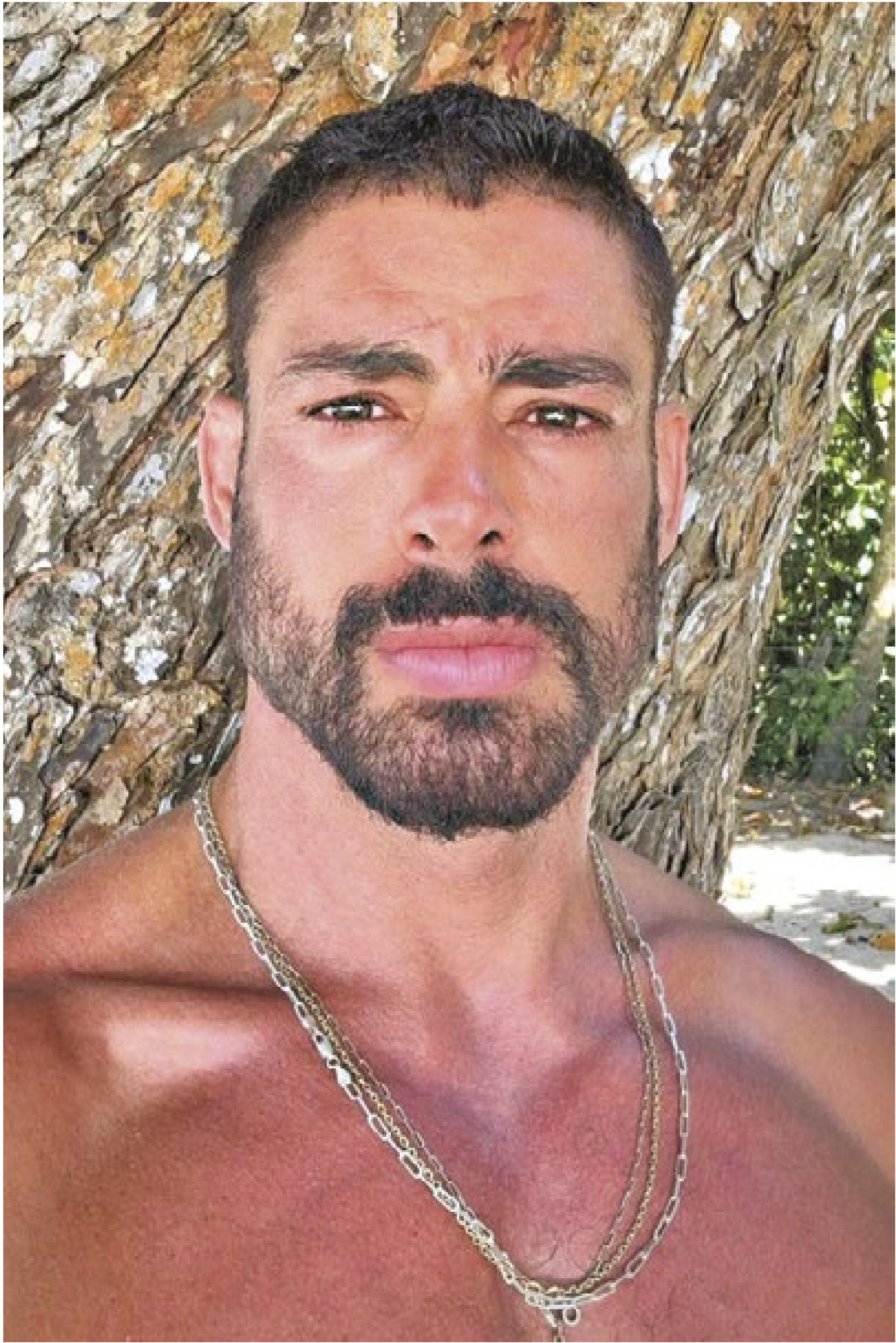

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

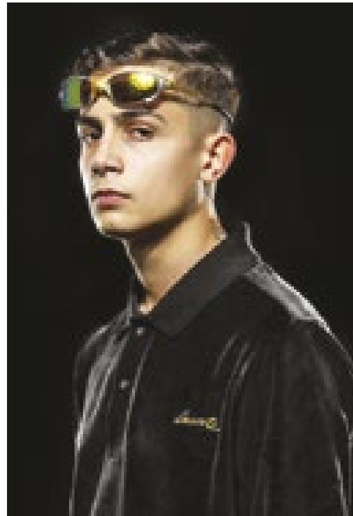
Momento mãe e filha

Xuxa Meneghel foi a convidada do Wow Podcast e contou que até hoje tem o costume de dar banho em Sasha, sua filha com o ator Luciano Szafir."A gente põe em dia todas as conversas e depois dorme junto ou toma banho junto. É aquela coisa de, na hora do banho, eu realmente lavo ela como se fosse um bebê. Depois, seco o cabelo dela, como se fosse a minha criancinha", disse. Segundo ela, essa é uma forma de estreitar os laços afetivos com a herdeira. "Então, a gente precisa desse momento. Ela já é uma mulher, mas para mim é aquele bebê que sonhei tanto e que eu não aproveitei tanto", afirmou.

Cauã Reymond se envolve em polêmica

Em meio a polêmica sobre o comportamento de Cauã Reymond nos bastidores da novela Vale Tudo, exposto pela coluna GENTE, as ex-mulheres do ator se manifestaram nas redes sociais. Mariana Goldfarb, se pronunciou sobre a polêmica. "Tudo que eu falei sobre misoginia, violência, machismo.. está vindo à tona. Ninguém quis escutar. Agora vou assistir de camarote", disse nos Stories do Instagram. Já Grazi Massafera publicou uma foto nesta quarta-feira (16/4) em que aparece segurando uma caneca com a seguinte frase: "Lágrimas do patriarcado". Vale destacar que Cauã foi acusado por Bella Campos, com quem divide protagonismo no remake de Vale Tudo, de ser debochado, mau colega, displicente, agressivo e machista.


REPRODUÇÃO/INSTAGRAM


DIVULGAÇÃO

Festival

O The Town anunciou o novo palco Quebrada, que terá o funkeiro MC Hariel, a banda underground Black Pantera, o trapper Kayblack, o rapper Criolo, além do pagode de Péricles entre os destaques. Com uma grande tela em branco, que será grafitada e pintada durante o festival, o espaço promete reforçar a potência artística da periferia, com o cantor Belo como embaixador do espaço.


REPRODUÇÃO

Processo

O apresentador Dudu Camargo se tornou réu por importunação sexual contra a cantora Simony. A denúncia do Ministério Público de São Paulo foi aceita na última semana e se refere a um episódio ocorrido durante a transmissão do programa Bastidores do Carnaval, da RedeTV!, em 2020, durante o desfile das escolas de samba no Sambódromo do Anhembi.

Curtas


REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

DEMISSÃO. A banda de rock britânica The Who demitiu seu baterista desde 1996, Zak Starkey. O motivo teria sido um desentendimento entre os integrantes após um show em Londres. Segundo o portal Metro, o vocalista Roger Daltrey, fez comentários criticando o desempenho de Starkey. Na última música, o cantor disse à plateia: "Para cantar essa música, preciso ouvir a tonalidade, e não consigo. Só tenho a bateria fazendo 'bum, bum, bum'. Não consigo cantar isso. Desculpem, pessoal."

BRIGA. Sami Sheen, filha de Charlie Sheen com Denise Richards, está sem contato com o pai. A jovem, que é estrela do OnlyFans, disse em entrevista a um podcast que bloqueou o ator após desentendimentos por sua opção profissional. "Não nos falamos por telefone há quase um ano e não nos mandamos mensagens há pouco mais de seis meses", relatou Sami.


REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

POLÍTICA. Ximbinha compartilhou nas redes sociais que se filiou a um partido político. Ex-marido de Joelma, o guitarrista anunciou sua filiação ao partido União Brasil. "É com grande alegria que anuncio minha filiação ao partido União Brasil, e muito lisonjeado pelo convite feito pelo nosso Ministro do Turismo do Brasil, Celso Sabino", escreveu.

Frase


REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

"Eu era trancada no banheiro como se a criminosa fosse eu".

Juliana Oliveira ao dizer que SBT a escondia de Otávio Mesquita.